

Apresentação

*José Carlos Radin**

A perspectiva de abordagem da história tradicional, com o elenco de grandes temas, personagens e fatos considerados importantes, cristalizou no senso comum a imagem de que ‘a história’ foi algo que aconteceu e acontece distante de nós, de que ela ocorre(u) nas capitais, nos palácios, nas universidades renomadas, nas grandes indústrias ou nos grandes centros urbanos, ainda, que foi feita por líderes como imperadores, presidentes, papas, generais... A história assim percebida se constitui de situações que, em geral, estão longe de nós no tempo e no espaço e dificulta a percepção de que, independentemente do papel que desempenhamos, todos somos atores do processo.

Analisar as particularidades de temas locais e regionais constitui em um caminho que permite compreender com mais facilidade situações que possibilitam não apenas entender suas peculiaridades, mas a partir delas dialogar com as questões universais. Para além das particularidades percebidas no local e no regional, também ressoam nesses espaços todas as grandes questões afetas ao ser humano. Elas vão desde a forma de como a subsistência é produzida, até como as pessoas organizam sua vida em sociedade, como se dão as lutas políticas, como vivem suas convicções religiosas ou como se comportam em relação à diversidade (religiosa, étnica...), como vivenciam a solidariedade e a generosidade, como a ganância se reproduz, enfim, ali também estão conquistas, alegrias e tristezas; é o espaço da vivência, seja do entendimento, seja das tensões advindas das disputas pelo poder. Nesses espaços também se constroem imaginários sobre as mais variadas questões, como a de chegar à ‘terra prometida’, de encontrar o ‘eldorado’ ou a ‘cocanha’, ou de idealizar uma sociedade que se deseja.

Estudar o que se passa no âmbito local e regional permite compreender com mais clareza quem somos enquanto indivíduos e sociedade; também permite perceber e compreender as formas de

como o outro é representado e/ou reconhecido. Os imaginários que povoam esses meios, ao mesmo tempo que foram historicamente moldados, também condicionam a forma de pensar das pessoas, alimentando e retroalimentando ideias, seja acerca das suas aspirações, seja da imagem que fazem de si e dos outros e se constituem em um universo simbólico dinâmico. Muito do que as pessoas pensam ou fazem sofre sua influência, mesmo que nem sempre seja fácil de percebê-la. Não existem explicações racionais consistentes para sustentar ou defender que certas pessoas são mais feias ou mais bonitas, que possam provocar medo ou não, que merecem mais ou menos respeito, que combinam ou não para uma relação, que determinada prática ou opção sexual é mais ou menos correta, a não ser que se apliquem os ‘moldes’ que são constantemente utilizados para rotular a vida cotidiana. Quantos comportamentos, atitudes e escolhas das pessoas são condicionados por esses imaginários sociais? Por que razões tantas pessoas se guiam por eles? O que efetivamente leva as pessoas se sentirem mais seguras ou protegidas agindo a partir desses condicionantes?

De diversas formas se podem captar como as pessoas representam a si e aos grupos com os quais se identificam com adjetivações ‘positivas’ e aos outros com as ‘negativas’. Tais dicotomias nas representações estão enraizadas no senso comum, fazendo com que se tenha mais dificuldade para perceber a diferença e o diferente e mais facilidade para cindir a sociedade em grupos ‘do bem’ e os ‘do mal’, ou os que ‘trabalham’ e os que ‘não trabalham’, os ‘amistosos/pacíficos’ e os ‘violentos’ ou que provocam ‘medo’, os que representam o ‘atraso’ ou o ‘progresso’, os ‘brancos’ os ‘negros’...

Por mais ingênuas que possam parecer, essas representações estão carregadas de significados. Referindo-se às percepções que se faz do social, Chartier (1990, p. 16-17) diz que elas “

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”

Entende, ainda, que essas representações estão sempre colocadas em um campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. Diz que, por elas, compreendem-se os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo. Por fim, Chartier (1990, p. 43) acrescenta que “[...] as ideias construídas tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma destas forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo.”

Entender como determinadas ideias se construíram ou como se mantêm na sociedade nem sempre se constitui em um exercício fácil; assim como não o é captar as mensagens subliminares daquilo que se evidencia ou se valoriza pela difusão iconográfica nos livros de história ou pelos monumentos colocados nas praças das cidades. É imperativo pensar acerca do papel exercido pela história, seja para a difusão de tais representações no meio social, seja para a sua crítica. O estudo atento de tais aspectos, na maioria das vezes, permite ao historiador perceber a forma como os vencedores representaram ou representam seus próprios triunfos, como determinados discursos são construídos, alimentados ou revelam a forma da sociedade se organizar, como consolidam determinadas visões de mundo pelas quais as pessoas se guiam para definir suas escolhas cotidianas, entre outros. O historiador atento deve considerar a força dessas representações, assim como perceber o poder que o imaginário exerce na sociedade.

E nessa perspectiva alerta Le Goff no Prefácio à obra *Cocanha, a história de um país imaginário*, de Hilário Franco Júnior (1998, p. 7), questionando “[...] que relações existem entre os países imaginários saídos da imaginação de contistas e de escritores e as sociedades reais que se pode chamar de históricas?” E alerta que, quando se trata separadamente tais objetos,

[...] mutila-se e empobrece-se o conhecimento das sociedades ‘reais’ amputando-as do imaginário, que não é um simples reflexo deformado dessas sociedades, mas algo que mantém com elas relações interativas. (FRANCO JR., 1998, p. 7).

Deste modo, o olhar sobre as histórias locais permite que se construa outra perspectiva, na qual as pessoas possam se perceber e se reconhecer enquanto personagens da história. No entanto, novamente, nem sempre é tão simples de perceber as diferentes formas, aparentemente ingênuas, de como os monumentos, a divulgação de fotografias, a repetição de ritos, a defesa de certas bandeiras, o uso de adágios, entre outros, são potentes meios para moldar o imaginário social, construindo e reforçando representações que legitimam o *status quo*.

Na perspectiva de Marc Bloch (2001, p. 55), “[...] a história é a ciência dos homens no tempo; e esse tempo é por natureza um continuum; é perpétua mudança.” Assim, constitui-se ofício do historiador capturar o papel do humano nesse *continuum* e elucidar as questões significativas do processo. Também de perceber como a dinâmica desse processo produz cotidianamente um conjunto de novas provocações, que requerem constantes releituras do processo, o que dá vida e dinamicidade ao estudo da história.

Para concluir, desejo a todos uma boa leitura deste conjunto de textos que compõem o presente número de Cadernos do CEOM, com o tema Histórias Locais e Imaginário Social. Por ele, o leitor está sendo brindado com várias reflexões que auxiliam na percepção de como tais questões estão imbricadas e constituem uma teia de ideias, mais explícitas ou mais veladas, mas que estão presentes no cotidiano e, de forma direta ou indireta, interferem nas escolhas ou na forma de pensar das pessoas.

Nota

* Doutor em História. Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó (SC).

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**.

Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

FRANCO JR., Hilário. **Cocanha**: a história de um país imaginário.
São Paulo: Companhia das Letras, 1998.